



21 DE NOVEMBRO DE 2018

Quarta-feira

- OCDE REDUZ PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL PARA 2019
- ARTIGO: "POR QUE QUASE NENHUMA INOVAÇÃO ACONTECE NO BRASIL?"
- SISTEMA S E LOTERIAS DEVEM SER FONTES DE RECURSO PARA FINANCIAR SEGURANÇA
- PROCURADORIA CRIA CANAL PARA EMPRESA DELATAR CONCORRENTE
- EMPRESAS PODERÃO ACESSAR E-CAC POR SMARTPHONE A PARTIR DE DEZEMBRO, DIZ RECEITA
- MACIEL: INDÚSTRIA VOLTOU A APRESENTAR TENDÊNCIA DE RECUPERAÇÃO MODERADA
- BC: ATIVIDADE ECONÔMICA NO SUDESTE AVANÇA 0,9% NO TRIMESTRE FINALIZADO EM AGOSTO
- BC: ATIVIDADE ECONÔMICA NO SUL AVANÇA 3,2% NO TRIMESTRE ENCERRADO EM AGOSTO
- ROSE DE FREITAS DEFENDE LIBERAÇÃO SAQUES DO FGTS PELOS TRABALHADORES
- CAE APROVA PROJETO QUE PERMITE A PORTABILIDADE DA CONTA DE LUZ
- BRASIL JÁ TEM UMA ITAIPU EM ENERGIA EÓLICA
- NORDESTE É ÚNICA REGIÃO COM RETRAÇÃO ECONÔMICA EM 12 MESES, DIZ BC
- INFLAÇÃO DEVE TER IMPACTO MENOR NAS FAMÍLIAS MAIS POBRES NO CURTO PRAZO
- IFF DESCARTA POSSIBILIDADE DE NOVO GOVERNO ZERAR DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2019
- IPC-FIPE AVANÇA 0,37% NA 2ª QUADRISSEMANA DE NOVEMBRO
- MACIEL: TENDÊNCIA DE CRESCIMENTO GRADUAL PERSISTE NO PAÍS APÓS OSCILAÇÃO DA GREVE

- POR ERRO EM TEXTO, SENADO APROVA NOVAMENTE MP QUE INSTITUI ROTA 2030
- INCENTIVOS PARA A INDÚSTRIA AUTOMOTIVA SÃO APROVADOS PELO SENADO
- PARCERIA RENAULT-NISSAN-MITSUBISHI É QUESTIONADA APÓS PRISÃO DE EXECUTIVO
- RENAULT NOMEIA 'CHEFE' INTERINO, MAS MANTÉM CARLOS GHOSN NA PRESIDÊNCIA
- RENAULT-NISSAN-MITSUBISHI: CONHEÇA A ALIANÇA CRIADA PELO BRASILEIRO CARLOS GHOSN
- FABRICANTES DE VEÍCULOS DO ESTADO DE SÃO PAULO RECEBEM AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAR CRÉDITOS DE ICMS
- ANFIR: EMPLACAMENTOS DE JANEIRO A OUTUBRO SOBEM 53% ANTE IGUAL PERÍODO DE 2017
- FAZENDA ESTUDA QUESTÃO CONCORRENCIAL E TRIBUTÁRIA NA VENDA DIRETA DE ETANOL
- ETANOL RECUA EM 16 ESTADOS; PREÇO MÉDIO CAI 0,85% NO PAÍS
- PREÇOS DO AÇO CAEM MAIS DE 5% NA CHINA COM PREOCUPAÇÕES SOBRE DEMANDA

CÂMBIO EM 21/11/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,785	3,785
Euro	4,312	4,313

Fonte: BACEN

OCDE reduz previsão de crescimento do Brasil para 2019

21/11/2018 – Fonte: G1

Para 2018, entidade manteve projeção de alta de 1,2% do PIB brasileiro; estimativa é pior que a prevista pelo mercado.

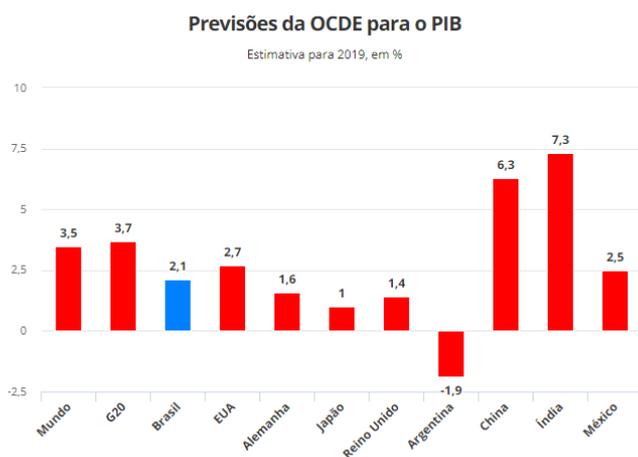
A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) reduziu nesta quarta-feira (21) a previsão de crescimento da economia brasileira para 2019, devido às incertezas "ainda significantes" quanto à aprovação de reformas. A entidade

estima agora que o país crescerá 2,1% no ano que vem, contra **2,5% em sua última projeção**.

A projeção da OCDE está abaixo da prevista pelo mercado brasileiro. Segundo o **último relatório Focus do Banco Central**, publicado nesta segunda, a média esperada pelos economistas de mais de 100 instituições financeiras é de alta de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2019.

Para 2018, a OCDE manteve a previsão de crescimento de 1,2% feita em setembro, enquanto o mercado financeiro vê alta de 1,36%.

Previsões da OCDE para o PIB



Fonte: OCDE

Segundo o relatório, incertezas em torno da implementação de reformas continuam significantes no Brasil e podem atrapalhar a recuperação econômica, mas se elas diminuïrem e as reformas avançarem, os investimentos voltarão a crescer.

"Sem uma forte redução de gastos, a sustentabilidade das contas públicas continua em risco, especialmente devido ao aumento das despesas com aposentadorias", afirmou a organização.



PIB mundial

Para o próximo ano, a OCDE reduziu as projeções de maior parte das maiores economias mundiais. A entidade cortou em dois décimos a previsão de crescimento mundial, a 3,5%. Em junho a estimativa era de 3,9%. Para este ano, a OCDE mantém a projeção de 3,7%.

A OCDE não modificou as previsões para a economia dos Estados Unidos, que prossegue em um dos ciclos de crescimento mais longos de sua história, ao ritmo de 2,9% este ano, e de 2,7%, em 2019.

Para a zona do euro, porém, as economias devem crescer 1,9%, em 2018, e 1,8%, no próximo ano, um décimo a menos em ambos os casos na comparação com as estimativas de setembro. Para a China, a OCDE cortou a previsão de alta para 6,6% em 2018 e 6,3% em 2019.

De acordo com a economista-chefe da OCDE, Laurence Boone, os riscos que envolvem as economias são os mesmos citados em setembro: as tensões comerciais, um aumento das taxas de juros nos EUA mais intenso e que afetaria os países emergentes e uma desaceleração importante da economia chinesa.

De acordo com o órgão, o aumento das taxas de juros em muitos países e uma valorização do dólar resultaram em uma fuga de recursos de economias emergentes e está enfraquecendo suas moedas, enquanto estímulos monetários e fiscais estão sendo retirados progressivamente.

Artigo: "Por que quase nenhuma inovação acontece no Brasil?"

21/11/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 20-11-2018)

Apesar de o povo brasileiro ser considerado criativo, por que outros países inovam muito mais do que nós?

Muito difícil conseguir argumentar que, na média, o povo brasileiro não é criativo. Tanto que a frase "o brasileiro tem de ser estudado pela Nasa" ficou famosa alguns anos atrás. Então, por que outros países inovam muito mais do que nós?

Importante entender que quem inova são os indivíduos, não o país, as empresas, os municípios. Mas tentar explicar problemas complexos com um motivo único é sempre um erro. Ainda assim, é possível definir alguns motivos que impactam as pessoas a inovarem mais ou menos. Para sermos específicos, vamos analisar dois deles: regras e incentivos. Para facilitar, citaremos alguns exemplos na prática.

O sistema de educação brasileiro é um exemplo clássico desse problema. Ele é considerado pelos usuários como ultrapassado e de baixa eficiência. O motivo? Para a maioria, a escola é tida como um curso preparatório para ajudar os alunos a ingressarem em boas universidades – melhor ainda se forem gratuitas.

Assim, o Estado cria um incentivo muito claro, programas e provas como Enem, Fuvest e PAS, que medem a "qualidade" dos alunos de todo o país. As escolas, por sua vez, recebem esse estímulo e pautam seu currículo para ensinar os alunos aquele conteúdo. Para piorar, a regra é que o MEC defina o formato e o conteúdo que as escolas devem trabalhar com seus alunos, proibindo a mudança e a inovação.

Depois, há a obsessão pelo concurso público. Principalmente por conta das regras trabalhistas e regulamentações setoriais, é muito ariscado e custoso empreender por aqui. São comuns as histórias de pessoas que sofreram processos extremamente custosos, erraram na hora de pagar os impostos ou não tinham todas as licenças para operar e faliram.

Por outro lado, temos um incentivo contundente para que a população preste concurso público e usufrua benefícios como ótima aposentadoria, impossibilidade de perder o emprego, sem obrigatoriamente ter de se esforçar no trabalho. Resultado: várias pessoas que poderiam criar soluções para problemas em forma de produtos ou serviços, gerando assim empregos e riquezas, consomem dinheiro da população sem obrigatoriamente dar um retorno a ela.

Também temos problemas sérios na agricultura. Existem muitos recursos para financiamentos subsidiados com o dinheiro do Estado, com foco no incentivo à agricultura tradicional. Mas as regras para quem vai receber o dinheiro são

basicamente para compra de maquinário, agrotóxicos e sementes. Existe um sistema inovador chamado agroflorestal, que foi pensado para o nosso clima. Ele é mais barato e eficiente para ser implantado por aqui do que o modelo tradicional, criado para países de clima gelado.

Como o incentivo dado é para a manutenção do modelo atual, as inovações em técnicas de plantio vão demorar muitas décadas ainda até serem implementadas e, quando isso acontecer, provavelmente já estarão obsoletas.

Na saúde, temos mais um exemplo simples: as clínicas médicas que oferecem preços populares. Um modelo de medicina inovadora, que tinha tudo para crescer muito mais – e beneficiar grande parte da população mais pobre – esbarra em algumas regras, como a proibição pela Anvisa de anunciar os preços praticados.

As empresas são, então, incentivadas a contratar pessoas ou investir em tecnologia para resolver uma questão, aumentando seu custo. E quem paga essa conta no fim? Os pacientes, claro, que terão de arcar com valores de consultas mais caras.

Normalmente financiadas por dinheiro público, as pesquisas nas universidades e empresas estatais não têm estímulo algum para serem revertidas em produtos ou serviços úteis para a sociedade – logo, sem fins lucrativos.

Como os incentivos e as regras não permitem que o pesquisador se beneficie do seu invento, por que ele se preocuparia com o resultado fora seu prazer pessoal? Por isso vemos tanto dinheiro sendo jogado fora nesse processo, sem ser revertido para a população.

Se um contrato de serviço de apenas um dia era impensável até pouco tempo atrás, pelos altos riscos que representavam, hoje o acesso amplo e barato à informação diminuiu enormemente esses riscos. Isso porque os contratados têm uma propensão muito maior de honrar seus compromissos, tendo em vista que uma avaliação negativa de seu desempenho colocaria em risco todos os seus contratos futuros.

Diante desse cenário, as regras trabalhistas do Brasil intimidam várias startups, ou seja, as leis atuais não se aplicam à velocidade da cadeia produtiva dessas empresas e não garantem segurança jurídica aos inovadores. Assim, com medo de eventuais processos, esses empreendedores são desestimulados a ficar aqui; saem do país e levam junto a inovação.

Como os exemplos dados acima, fica nítido que o Estado tira recursos da sociedade como um todo, concentra riquezas nos funcionários públicos, e o retorno para a população é apenas uma parte pequena do total na imensa maioria das vezes.

Enquanto o governo cria uma solução para um problema, o processo de mercado permite que empreendedores criem milhares de soluções, e que elas concorram entre si. Por não se tratar de uma obrigação, mesmo que você faça uma escolha hoje por determinada solução, nada impede que você a troque amanhã de forma rápida.

Uma regra estatal, centralizada e definida por centenas de pessoas, nunca vai conseguir ser ágil, além de desconsiderar que a melhor solução para mim pode não ser a melhor para você nem para milhões de outros integrantes da nossa população a cada momento de suas vidas.

Quer ver uma sociedade mais inovadora? Libere-a.

Mateus Baumer, formado em Administração com pós-graduação em Gestão de Negócios, é sócio da BlueLab e responsável pela Diretoria de Marketing e Vendas"

Sistema S e loterias devem ser fontes de recurso para financiar segurança

21/11/2018 – Fonte: DCI

Além de votos na Câmara e no Senado, o futuro ministro da Justiça, Sergio Moro, precisará contar com o apoio dos presidentes das duas Casas, Maia e Eunício, para o avanço dos dois projetos



Futuro ministro da Justiça de Bolsonaro, ex-juiz Moro avalia fonte de recursos com grupo de transição

Na busca por recursos para o Ministério da Justiça, pasta que a partir de agora vai englobar a Segurança Pública e parte do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), o futuro ministro Sergio Moro está diante de alternativas que dependem da aprovação do Congresso Nacional.

Entre as propostas viáveis estão a retomada da tramitação de projeto de lei assinado por líderes partidários a favor da destinação de 25% dos recursos do Sistema S a favor da segurança pública e a Medida Provisória 846/18 que traz novas regras sobre a distribuição de dinheiro arrecadado com as várias loterias entre diversos setores.

Defendida como prioritária pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), num pacote de propostas para facilitar o combate ao crime organizado, e que pretende encaminhar à votação neste ano, o projeto relativo às verbas do Sistema S tem sugestões elaboradas por uma equipe de notáveis sob coordenação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Interlocutores da equipe de transição do governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) identificaram a proposta e a encaminharam ao ex-juiz federal. Moro precisará, no entanto, contar com o apoio dos presidentes da Câmara e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para o avanço do projeto, além de votos, onde encontrará resistência.

A forte bancada empresarial, que reúne cerca de 200 empresários-parlamentares, é contrária ao projeto que retira dinheiro do Sistema S. Em maio, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) emitiu nota na qual afirmou que a proposta é inconstitucional e "impactaria negativamente a vida de milhões de famílias e trabalhadores". A CNI administra o Sesi (Serviço Social da Indústria) e o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).

O Sistema S compreende o conjunto de serviços sociais autônomos vinculados a entidades patronais e voltados à aprendizagem profissional, serviço social e lazer. São eles: de Senac e Sesc, do comércio; Senai e Sesi, da indústria; Senar, da agropecuária; Senat e, Sest, dos transportes; SESCOOP, das cooperativas; e o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

Com a assinatura de sete líderes de partidos da base do governo, projeto de lei trata de novas fontes de financiamento para o Fundo Nacional de Segurança Pública (FN-SP). No caso do Sistema S, isso representaria R\$ 8 bilhões para o FN-SP, se for aprovado.

Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a atuação e o orçamento do Sistema S têm crescido no cenário nacional e possuem grande impacto social. Em 2017, as nove principais entidades do Sistema S receberam juntas receita superior a R\$ 32 bilhões.

Para o presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, deputado e senador eleito Jorginho Mello (PR-SC), mesmo que a proposta de tirar recursos do Sistema S seja abraçada por Moro, será necessário avaliar. "Temos que sentar e discutir, sem antes pensar em votar qualquer coisa", ponderou.

Loterias

Tem mais chances de avançar rapidamente no Congresso a tramitação da MP 846, que destina R\$ 1 bilhão das loterias administradas pela Caixa Econômica para a segurança pública. A aprovação da matéria foi alvo de solicitação do próprio Bolsonaro, após pedido de Moro. "Sem recursos não é possível desenvolver projetos, desenvolver políticas públicas", afirmou o ex-juiz.

O presidente da comissão mista da MP, deputado Evandro Roman (PSD-PR), afirmou que a aprovação da matéria conta até com o apoio PT, legenda adversária de Moro por causa da atuação dele no comando da Operação Lava Jato, que condenou em primeira instância o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá (SP).

A expectativa do governo com o remanejamento é de aumentar em 25% o valor repassado ao Fundo Nacional de Segurança Pública em 2018, e em 60% nos próximos cinco anos. Este ano o Fundo receberá mais R\$ 800 milhões. Para 2019, a estimativa é de R\$ 1,7 bilhões a mais destinados ao Fundo vindos das loterias e, em 2022, esse montante deve chegar a R\$ 4,3 bilhões.

Procuradoria cria canal para empresa delatar concorrente

21/11/2018 – Fonte: GS Notícias

O contribuinte que tiver conhecimento de alguma vantagem tributária obtida por um concorrente, por meio de decisão judicial, poderá compartilhar a informação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O órgão criou uma ferramenta em seu site para receber esses dados.

No recém-criado Canal de Auxílio à Garantia da Justiça Fiscal, basta indicar o nome da empresa e a PGFN se encarregará de buscar a decisão, segundo o procurador-geral adjunto de contencioso tributário do órgão, Claudio Xavier Seefelder Filho. Porém, acrescenta, quanto mais informações forem fornecidas, mais fácil será a localização do tema no Judiciário e a estratégia a ser traçada pela procuradoria.

"Ou todo mundo paga ou ninguém paga", afirma Seefelder. O procurador lembra que o papel da PGFN é garantir a isonomia tributária, o que engloba atacar decisões judiciais que prejudiquem a concorrência.

Em setores que têm tributação elevada, como cigarros e bebidas, a isonomia fiscal é ainda mais relevante, de acordo com Seefelder. A PGFN, lembra, já atuou em parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para evitar possíveis prejuízos à concorrência.

A ação em parceria com a Fiesp ainda aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF). Trata da incidência de IPI na revenda de importados. Em 2015, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, com efeito repetitivo, que deve haver tributação. Os importadores, porém, recorreram ao STF.

Segundo a PGFN, uma decisão do STF pela desoneração dos importados poderia causar desequilíbrio no mercado nacional. Enquanto o Supremo não julga o assunto, há empresas que ainda se beneficiam de decisões anteriores do STJ que afastaram a tributação.

Para advogados, levar informação de uma decisão favorável a um concorrente pode não ser, necessariamente, a estratégia mais interessante para uma empresa. "Vemos uma decisão judicial de uma empresa como oportunidade de obter a mesma decisão favorável para outros contribuintes", afirma Marcelo Reinecken, sócio do escritório Veirano Advogados.

De acordo com o advogado, a ferramenta pode estar um pouco esvaziada pela existência de mecanismos como a repercussão geral, no Supremo, e os repetitivos, no STJ, que uniformizam a jurisprudência. "A tendência já é ter menos decisões desgarradas", diz.

Reinecken alerta que a ferramenta da PGFN não deve ser usada para a informação de decisões corretas para tributos cobrados indevidamente. "Pressupõe-se que a decisão judicial é legítima e justa."

Felipe Kneipp Salomon, advogado no escritório Levy Salomão, reforça que há casos de decisões diferentes em turmas de um mesmo tribunal e algumas podem dar vantagem a um contribuinte. Porém, acrescenta, "as empresas têm direito de buscar o Judiciário".

"O fato de o contribuinte ter uma decisão que o beneficie em relação aos outros não significa que ela não é legítima", diz Salomon. "A decisão é concedida sob a tutela do Estado. Por isso, não deve-se presumir um ilícito concorrencial por parte da empresa."

Empresas poderão acessar e-CAC por smartphone a partir de dezembro, diz Receita

21/11/2018 – Fonte: G1

Lançamento do aplicativo faz parte das comemorações de 50 anos da Receita. E-CAC oferece mais de 100 serviços, e o mais consultado é o 'situação fiscal', que informa pendências.

A Receita Federal anunciou nesta semana que será liberado a partir de dezembro o acesso das empresas ao Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) por meio de smartphones.

O anúncio integra o projeto Receita na Palma da Mão e faz parte das comemorações de 50 anos do órgão. Atualmente, só é possível acessar o e-CAC por estações de trabalho.

No e-CAC, o contribuinte tem acesso a mais de 100 serviços disponibilizados pelo órgão.

Segundo a Receita, o serviço mais buscado é a consulta à "situação fiscal", que informa pendências no recolhimento de tributos.

Por meio do sistema, as empresas também podem verificar declarações, demonstrativos e se comunicar com o órgão por meio da caixa postal (*o único canal seguro pela internet de relacionamento com o Fisco*).

Certificado digital na 'nuvem'

Segundo o subsecretário-substituto de Gestão Corporativa da Receita, Juliano Brita da Justa Neves, as 20 milhões de empresas que operam no país precisam do certificado digital para ter acesso ao e-CAC.

Neves informou, ainda, que a certificação digital na "nuvem" foi implementada por meio de uma parceria entre a Receita, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e empresas de mercado.

"É uma tentativa de massificar o certificado digital, que é a única coisa que dá segurança plena na internet, e que tem o problema de ser caro. A gente saiu com essa outra solução", afirmou.

Segundo o subsecretário, atualmente um certificado digital custa cerca de R\$ 100. O certificado em "nuvem", porém, pode custar metade do preço.

Para ter acesso ao e-CAC, o representante da empresa deverá cadastrar uma senha no smartphone.

'Blockchain' para CPFs

A Receita Federal também informou que vai disponibilizar nos próximos meses, por meio da tecnologia "blockchain", um sistema de troca de informações da base de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) com diversas entidades de todos os poderes e esferas - o chamado G2G (Government to Government).

O Fisco avaliou que tecnologia "blockchain" tem como principal característica disponibilizar um conjunto de informações de forma imutável, e com claro rastreamento de qual participante fez qual alteração nos dados. Esse sistema, para o Fisco, confere segurança à troca de informações sensíveis.

Atualmente, a troca de informações sobre a base de CPFs se dá, segundo o órgão, por meio de mais de 800 convênios celebrados com as entidades de todos os poderes e esferas, procedimento que também é mais caro.

De acordo com o órgão, a solução, desenvolvida em parceria com a Dataprev, já está em piloto com o Conselho de Justiça Federal (CJF). A estimativa é de que, no máximo em seis meses, haja uma migração completa dos convênios de troca de informações para o sistema utilizando a tecnologia "blockchain".

Maciel: indústria voltou a apresentar tendência de recuperação moderada

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

A indústria brasileira voltou a apresentar a tendência de recuperação moderada, passado o efeito da greve dos caminhoneiros, na avaliação do chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel.

"A indústria retomou a tendência de recuperação moderada do atual ciclo econômico, depois de uma oscilação causada pela greve dos transportadores de carga", avaliou Maciel, em apresentação do Boletim Regional do Banco Central, divulgado nesta manhã em Belo Horizonte (MG).

Ao apresentar os dados referentes às regiões, Maciel afirmou que é possível identificar que a indústria responde por boa parte da retomada da atividade pelo País.

Especificamente sobre o Sudeste, Maciel notou que a indústria automobilística tem sido o principal vetor da atividade industrial da região mais rica do País.

BC: atividade econômica no Sudeste avança 0,9% no trimestre finalizado em agosto

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

A atividade econômica da região Sudeste avançou 0,9% no trimestre encerrado em agosto, ante o trimestre finalizado em maio. A informação é do Boletim Regional do Banco Central (BC), divulgado nesta terça-feira, 20, em Belo Horizonte.

De acordo com o Banco Central, a economia no Sudeste “retomou o nível de atividade prévio à paralisação dos caminhoneiros, retornando à trajetória de crescimento gradual”.

O BC pontuou ainda que “o crescimento moderado do consumo, beneficiado pela recuperação do emprego, da renda real e pelo aumento do crédito, deve manter a economia em expansão nos próximos trimestres”. O ritmo de expansão, no entanto, está condicionado “à magnitude da redução do grau de incertezas no cenário pós-eleições e às perspectivas de continuidade do processo de reformas necessárias para o desenvolvimento sustentado da economia”.

O BC divulga hoje o Boletim Regional em Belo Horizonte, Minas Gerais. No documento, a análise da atividade nas regiões leva em conta os dados até agosto deste ano.

Na última sexta-feira, 16, o BC já havia divulgado seu Índice de Atividade (IBC-Br) referente a todo o País, em setembro, que indicou baixa de 0,09% ante agosto, na série ajustada. Em relação a setembro de 2017, houve alta de 0,72% pela série sem ajuste.

BC: atividade econômica no Sul avança 3,2% no trimestre encerrado em agosto

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

A atividade econômica da região Sul avançou 3,2% no trimestre encerrado em agosto, ante o trimestre finalizado em maio, quando havia recuado 1,3%. A informação é do Boletim Regional do Banco Central (BC), divulgado nesta terça-feira, 20, em Belo Horizonte.

De acordo com o BC, “a retomada do crescimento da atividade, após paralisação no setor de transporte de cargas, foi mais intensa no Sul, repercutindo o avanço no volume de serviços não financeiros e, principalmente, o incremento da produção industrial”.

Para o BC, o resultado do trimestre encerrado em agosto “sugere resiliência do processo de recuperação da economia regional”. “O cenário de curto prazo aponta para a continuidade da recuperação econômica, ainda que em ritmo inferior ao esperado no início do ano”, acrescentou o BC.

O boletim alerta, no entanto, que apesar da recomposição da atividade após a greve, “os indicadores de confiança empresarial não retornaram aos níveis anteriores ao evento, o que tende a impactar decisões de investimentos e de contratações”.

“Por outro lado, a evolução da atividade nos próximos meses segue favorecida pelo comportamento benigno do mercado de crédito e pela inexistência de restrições à ampliação da oferta, dada a elevada ociosidade dos fatores de produção.”

O BC divulga hoje o Boletim Regional em Belo Horizonte, Minas Gerais. No documento, a análise da atividade nas regiões leva em conta os dados até agosto deste ano.

Na última sexta-feira, 16, o BC já havia divulgado seu Índice de Atividade (IBC-Br) referente a todo o País, em setembro, que indicou baixa de 0,09% ante agosto, na série ajustada. Em relação a setembro de 2017, houve alta de 0,72% pela série sem ajuste.

Rose de Freitas defende liberação saques do FGTS pelos trabalhadores

21/11/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 20-11-2018)



- Proposições legislativas
- [PLS 392/2016](#)

A senadora Rose de Freitas (Pode-ES) defendeu nesta terça-feira (20) em Plenário a aprovação de projeto seu que autoriza o trabalhador, ao pedir demissão, sacar integralmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS. Trata-se do PLS 392/2016. Para ela, o governo deveria deixar de tutelar o trabalhador, que é o real dono desse dinheiro e deve decidir por si próprio onde e como aplicar o que é dele.

Rose de Freitas nega que exista o risco de que muitos se demitissem para ter acesso ao Fundo de Garantia. Para a parlamentar, tal pensamento equivale a dizer que o trabalhador não tem capacidade de refletir. Lembrou que no momento atual, de grave crise econômica, poucos se arriscariam a abandonar o emprego em troca de sacar todo o FGTS.

— É uma falácia dizer que o PLS de nossa autoria colocaria o Fundo de Garantia em risco ou que provocaria um colapso no sistema financeiro de habitação. Se isso fosse verdade, o fundo não teria resistido aos R\$ 34,5 bilhões que foram liberados de contas inativas e que injetaram recursos na economia, cujo impacto positivo no PIB foi da ordem de 0,61 ponto percentual.

CAE aprova projeto que permite a portabilidade da conta de luz

21/11/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 20-11-2018)



Pela proposta, até consumidores residenciais, os chamados "cativos", poderão escolher de qual empresa irão comprar energia elétrica

- Proposições legislativas
- [PLS 232/2016](#)

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou nesta terça-feira (20), projeto de lei que expande o mercado livre de energia elétrica, permitindo que pequenos

consumidores possam fazer a portabilidade da conta de luz. O Projeto de Lei do Senado (PLS) [232/2016](#), do senador Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), foi aprovado na forma de um substitutivo do relator, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e segue para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em decisão terminativa.

O projeto altera o modelo comercial de energia elétrica no país com a intenção de, progressivamente, permitir que os pequenos consumidores possam optar em fazer parte do mercado livre, hoje restrito a grandes consumidores de energia. A ideia é que, a longo prazo, ocorra com o setor elétrico o mesmo que aconteceu com o setor de telefonia.

No caso dos consumidores residenciais, por exemplo, a relação com as distribuidoras será mantida apenas para o serviço de distribuição, e a liberdade para a compra se dará no caso da comercialização de energia com a geradora. Para isso, a proposta altera seis leis e a [Medida Provisória 2.227/2001](#).

Jereissati afirmou que o projeto não é importante somente pelo aumento da competitividade e pela diminuição do preço para o consumidor, mas pela transformação da matriz energética de uma matriz suja para uma matriz limpa.

— Sem mecanismo como esse, nós vamos ficar fora do mundo nesse andamento dessas transformações. Existem previsões de que, dentro de poucos anos, até 2030, a matriz limpa será no mundo inteiro, responsável por cerca de 80%, 90% da produção de energia — afirmou Tasso.

Na discussão do projeto, o senador José Serra (PSDB-SP), disse, em tom bem humorado, que o “energês” é mais difícil de entender que o “economês”, mas que votaria a favor do projeto.

— Hoje eu constatei, com felicidade, de que o “energês” é muito pior que o “economês”. E com inveja do senador Tasso, que virou um especialista em “energês”. Mas sou a favor do projeto, porque estimula a competição dentro do setor. Agora fica a minha reverência aos colegas que já dominam esse “energês”. Eu fico com meu economês — disse.

O senador Jorge Vianna (PT-AC) afirmou que como o projeto ainda passará pela CI, ainda terá tempo para estudá-lo melhor.

Liberdade de escolha

Atualmente, consumidores com carga inferior a 500 KW não podem fazer parte do mercado livre e só podem comprar energia da distribuidora em que estão conectados. Esse é o caso do pequeno consumidor residencial, comercial ou de pequenas indústrias, chamado de mercado consumidor cativo.

Apenas os consumidores com carga igual ou superior a 3.000 KW e os com carga igual ou superior a 500 KW e inferior a 3.000 KW que comprem energia junto às chamadas fontes incentivadas podem fazer parte do mercado livre.

O autor do projeto, em sua justificativa, afirmou que a liberdade de escolha para o consumidor aumentará a concorrência entre as empresas, reduzindo o preço e melhorando a qualidade do serviço prestado. Pela proposta, seriam reduzidos gradualmente os limites de carga para que os consumidores regulados, ou chamados de cativos, passem a poder escolher o fornecedor de energia elétrica.

Além disso, o projeto reduz restrições à oferta de energia elétrica. Ele altera a [Lei 12.783/2013](#), que determina que somente os consumidores cativos podem consumir a energia elétrica gerada por usinas já amortizadas e que tiveram suas concessões prorrogadas. O PLS propõe que, para as usinas com concessões prestes a vencer, a

outorga seja licitada e os recursos decorrentes sejam direcionados para a redução de encargos, subsídios e outros custos do setor.

A proposta também aprimora a lei para que as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica se concentrem em sua atividade principal, que é o serviço de distribuição. O projeto permite ainda que as distribuidoras realizem leilões descentralizados para comprar energia elétrica para seus clientes.

Liberdade de escolha

Para Jereissati, o mérito do projeto é inquestionável, pois dá liberdade de escolha ao consumidor e promove a eficiência da economia. No entanto, o relator entendeu que o projeto poderia ser aperfeiçoado para que não aprofunde distorções ao invés de corrigi-las.

Ele citou o caso dos subsídios às fontes incentivadas. Fontes incentivadas, ou especiais, é o nome que se dá às geradoras de empreendimentos hidrelétricos com potência de até 50.000 KW e aqueles com base em fontes solar, eólica e biomassa, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja, menor ou igual a 50.000 KW.

Essas fontes especiais e os que consomem delas pelo mercado livre têm descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), que são suportados pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um encargo que vem na conta de energia dos consumidores cativos.

— À medida que o PLS propõe aumentar a base de consumidores especiais e, conseqüentemente, diminuir a base de consumidores cativos, cada vez mais consumidores receberão o subsídio e cada vez menos consumidores serão responsáveis pela maior parcela de seu custo. Ampliar o mercado livre nesse cenário aumentaria distorções existentes e os conflitos judiciais do setor elétrico — explicou o relator.

O substitutivo propõe acabar com esses subsídios para as novas fontes incentivadas, que são fontes alternativas de energia, substituindo os descontos na TUST e na TUSD pela valoração dos benefícios ambientais, segundo um instrumento de mercado a ser elaborado pelo Poder Executivo.

— Isso é uma coisa pró-distribuição de renda. Porque hoje, na prática, esses subsídios oneram muito a população de menor poder aquisitivo, que é a que terá mais dificuldade de migrar para o mercado livre. Então é um avanço — explicou o consultor legislativo do Senado, Rutelly Marques da Silva, em entrevista à Agência Senado.

Além disso, Tasso propôs ainda que todos os consumidores paguem pela confiabilidade do sistema, ou seja, que todos participem da expansão da oferta de energia por meio da construção de novas geradoras. Atualmente, essa confiabilidade, chamada lastro, e a energia são comercializadas em conjunto e pagas, em sua maior parte, pelo mercado regulado.

O relator tomou como base duas consultas públicas do Ministério de Minas e Energia para elaborar seu substitutivo, em que propôs 29 medidas para corrigir essas distorções. Segundo Tasso, a motivação principal do projeto, que é o incentivo à liberdade de escolha do consumidor, é mantida.

Veja algumas mudanças propostas pelo substitutivo de Tasso Jereissati

Redução dos requisitos para entrar no mercado livre	O substitutivo propõe redução gradual de carga e tensão para que o consumidor possa escolher o fornecedor de energia elétrica. Segundo Tasso, a medida permite uma transição suave.
---	---

Ações estruturantes do Poder Executivo	Implantação da abertura do mercado livre para a baixa tensão somente após o Poder Executivo adotar ações estruturantes, como uma campanha de comunicação para esclarecer os benefícios e riscos associados à decisão.
Separação entre atividades de distribuição e comercialização de energia elétrica	Atualmente, as distribuidoras também comercializam a energia que distribuem aos consumidores. O objetivo dessa separação é preservar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas de distribuição.
Direcionamento de parte da renda hidráulica para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	O objetivo é reduzir o ônus dos consumidores livres e regulados no pagamento de subsídios, direcionando para a CDE, nos casos de outorga de novos contratos de concessão, a maior parte da chamada renda hidráulica, que é a diferença entre o preço que cobriria os custos da usina hidrelétrica e o preço pelo qual ela venderia a energia.
Fim dos subsídios (descontos na TUST e na TUSD) para fontes alternativas	A ideia é substituir esses descontos por valoração dos benefícios ambientais, segundo um instrumento de mercado a ser elaborado pelo Poder Executivo.
Expansão da oferta de energia rateada isonomicamente	Com a criação da contratação de lastro (confiabilidade do sistema), a expansão da oferta de energia elétrica será rateada de forma equilibrada entre os mercados livre e regulado. Atualmente, lastro e energia são comercializados em conjunto.

Brasil já tem uma Itaipu em energia eólica

21/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-11-2018)

As usinas movidas a vento devem se tornar a segunda fonte mais importante do país em 2019, segundo Abeeólica



Parque eólico no Rio Grande do Norte

A energia eólica ultrapassou a marca de 14,34 GW (gigawatts) de capacidade instalada no Brasil, patamar equivalente a uma usina de Itaipu —a segunda maior hidrelétrica do mundo.

Ao todo, são 568 parques eólicos, em 12 estados do país. A energia gerada nos últimos 12 meses é suficiente para abastecer 25 milhões de residências por mês, ou cerca de 75 milhões de brasileiros, segundo dados da Abeeólica (Associação Brasileira de Energia Eólica).

A fonte tem vivido um crescimento exponencial no país desde 2009, estimulada por leilões promovidos pelo governo federal para contratar novos empreendimentos.

A expansão deve continuar. Contando os empreendimentos contratados nos últimos leilões promovidos pelo governo, a projeção é que até 2024 a energia eólica atinja ao menos 18,8 GW de capacidade instalada.

“No ano que vem, vamos atingir a segunda posição na matriz elétrica brasileira. Em janeiro, vamos alcançar uma participação maior do que a das usinas a biomassa, que hoje é a segunda maior fonte atrás das hidrelétricas”, afirma Elbia Gannoum, presidente da Abeeólica.

“A expansão eólica no Brasil é um caso de sucesso. Há dez anos, havia poucos investidores, hoje todas as grandes empresas têm investimentos em usinas eólicas”, afirma Thais Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos.

No entanto, para além da comemoração, a marca também acende um alerta. O motivo é a característica variável das usinas eólicas, cuja geração depende do regime de ventos, que não são constantes.

Em setembro, nos dados mais recentes da ONS (Operadora Nacional do Sistema Elétrico), a geração das usinas eólicas chegou a responder por 13,98% de toda a energia gerada no sistema, um patamar recorde. No entanto, nesse mesmo mês, a fonte chegou a ocupar a parcela mínima de 1,1% na geração nacional.

“Chegou o momento de se discutir mais formas de garantir a segurança energética do país”, diz Gannoum.

O problema não é novo, aponta a consultoria PSR. A necessidade de um suprimento de energia que garanta o abastecimento tem sido um dos assuntos mais debatidos nos últimos anos, segundo o último relatório da empresa especializada em setor elétrico.

A questão se agravou a partir do momento em que o país deixou de construir hidrelétricas sem reservatório —obras com impacto socioambiental bem maior do que as chamadas usinas a fio d’água, que estão mais sujeitas à escassez de água.

O avanço de fontes como a eólica e a solar, cuja geração também sofre variações ao longo do dia ou do ano, é outro fator cada vez mais relevante para o problema.

As soluções possíveis para essa questão são diversas e, hoje, são alvo de discussões acaloradas entre representantes do setor elétrico.

Para Prandini, da Thymos, é importante diversificar a matriz elétrica para minimizar os riscos de cada fonte.

“Uma solução seriam fazer projetos híbridos, com usinas com mais de uma fonte de energia. Ou até mesmo pensar em baterias, que hoje ainda não são viáveis economicamente, mas que são uma tecnologia importante”, diz.

A PSR também aponta soluções possíveis, como alterar a operação das hidrelétricas para manter os reservatórios cheios, utilizar usinas térmicas para atender o consumo em horários de ponta, entre outras.

Hoje, a principal proposta na mesa de discussão é a realização de leilões regionais para contratar usinas térmicas movidas a gás natural. O Ministério de Minas e Energia abriu uma consulta pública, no fim de outubro, para debater a proposta, que é bastante controversa no setor.

Para a PSR, a proposta não resolve o problema por falhas na estruturação do leilão, que estaria gerando um custo adicional ao consumidor de energia sem necessidade. O avanço da fonte eólica também levanta outro debate: o fim de subsídios dados pelo governo federal ao setor no passado, para ajudar na consolidação da fonte no país, e que hoje não seriam mais necessários.

Gannoum, da Abeeólica, concorda que chegou o momento de se rever esses benefícios, que incluem, por exemplo, isenções nas tarifas de transmissão e distribuição de energia, que acabam encarecendo a conta de luz dos consumidores.

No entanto, ela defende que o fim dos subsídios se aplique a todas as fontes, e não apenas à eólica. Hoje, além do eólico, outros setores de geração ganham benefícios, como as fontes solares e a carvão.

Nordeste é única região com retração econômica em 12 meses, diz BC

21/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-11-2018)

Apesar da retomada da atividade após a paralisação dos caminhoneiros deste ano, o Nordeste foi a única região do país a registrar retração econômica no período de 12 meses encerrados em setembro, informou o BC (Banco Central) nesta terça-feira (20). A autoridade monetária divulgou o Boletim Regional, que traz, entre outros pontos, o índice de atividade econômica de cada região.

No período de 12 meses, o Nordeste apresentou um índice negativo de 0,2%. O número ainda reflete o impacto gerado pela paralisação dos caminhoneiros, em maio deste ano.

No dado apresentado nesta terça, relativo ao terceiro trimestre, é possível observar uma retomada, com alta de 1,5% na atividade econômica do Nordeste. Entretanto, o número não foi suficiente para recompor perdas do período da greve, no segundo trimestre, quando a retração foi de 2,1%.

De acordo com o BC, o desempenho recente da economia na região mostra uma recuperação gradual da atividade. A redução no ritmo de crescimento também é observada no restante do país.

“A atividade econômica nas diversas regiões permanece em recuperação, mas em ritmo mais gradual do que o esperado no início do ano”, informa o Banco Central.

No período de 12 meses encerrados em setembro, a maior expansão econômica foi registrada na região Norte, com alta de 2,6% da atividade. Apesar do nível elevado, a atividade registrou recuo no segundo trimestre (-0,9%) e no terceiro trimestre (-0,3%).

“Os principais indicadores econômicos da região Norte evidenciaram acomodação no recuo da atividade, ainda sobre efeitos da paralisação do setor de transporte de cargas”, diz o documento.

A região Sul teve, em 12 meses, uma alta de 1,8% na atividade econômica. O Sudeste, por sua vez, registrou alta de 1,4%.

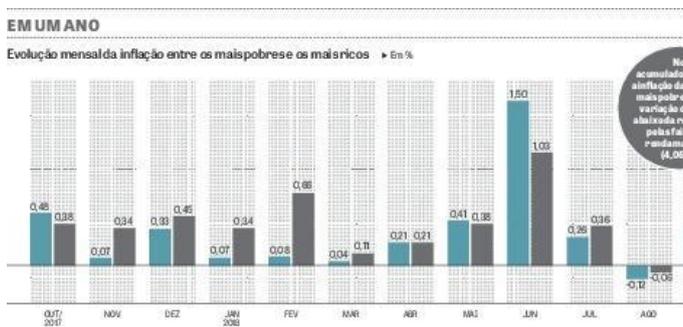
“No Sudeste, a economia retomou o nível de atividade prévio à paralisação dos caminhoneiros, retornando à trajetória de crescimento gradual”, afirma o BC. No Centro-Oeste, o crescimento foi de 0,9%. O Banco Central avalia que a região vive cenário de relativa estabilidade, refletindo a redução da produção agrícola, após safra recorde em 2017.

Na última semana, o Banco Central divulgou o dado nacional relativo à atividade econômica. No terceiro trimestre, a economia brasileira cresceu 1,74%, em relação aos três meses anteriores.

Inflação deve ter impacto menor nas famílias mais pobres no curto prazo

21/11/2018 – Fonte: DCI

Reajustes dos custos dos alimentos e da tarifa de energia elétrica, que em outubro último causaram alta nos preços, devem ser responsáveis pela queda do índice a partir deste mês



O aumento de preços penalizou mais os brasileiros pobres do que os da alta renda nos últimos meses, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A tendência, porém, é de queda da inflação para as classes de renda mais baixa a partir deste mês.

Segundo a técnica de planejamento e pesquisa do Ipea, Maria Andreia Parente Lameiras, a expectativa para os próximos meses é de desaceleração da inflação, possibilitada pelo recuo dos preços dos alimentos e pela desaceleração dos custos da energia elétrica.

“A inflação registrada em outubro foi definida, principalmente, pelo comportamento dos alimentos, que pesam muito mais na cesta de consumo das famílias mais pobres do que das mais ricas”, explica o **DCI**.

“Tanto em novembro quanto em dezembro, esperamos um comportamento melhor do preço dos alimentos. No atacado, já vemos até mesmo uma desaceleração, que deve chegar logo ao varejo”, comenta Maria.

Na avaliação da especialista, o cenário também é melhor em relação à energia elétrica. “Já registramos bandeira amarela em novembro, e a expectativa é de bandeira verde em dezembro, diminuindo os preços das tarifas. Esperamos desaceleração da inflação para todas as classes de renda nos próximos meses, mas, em especial, para os mais pobres.”

Assim como os preços dos alimentos, da energia elétrica e dos combustíveis devem ser decisivos para minimizar o impacto dos próximos resultados da inflação, os mesmos produtos foram os principais responsáveis pelo avanço da taxa no último mês.

Em outubro, apesar da aceleração da inflação em todos os segmentos pesquisados pelo Ipea, o maior incremento ocorreu nas classes mais baixas. Para esse grupo, a variação no mês foi de 0,49%. No mesmo período, o aumento foi de 0,42% para as famílias de maior renda.

A alta de 0,9% da alimentação no domicílio e de 0,12% na energia pressionou mais fortemente a inflação das famílias de menor poder aquisitivo.

“O comportamento dos alimentos é crucial para a definição da inflação das classes de renda mais baixa. 2017 foi um ano muito bom para os preços de alimentos, tivemos uma super safra e alguns meses registraram até mesmo deflação, o que beneficiou muito a inflação dos mais pobres. Nos últimos meses, entretanto, esse cenário começou a se reverter, influenciado por uma safra não tão boa e por uma taxa de

câmbio mais alta, o que levou a uma inflação maior nos últimos meses, especialmente em outubro”, explica Maria.

Além disso, segundo ela, a alta registrada nas tarifas de energia elétrica, causada tanto pelo reajuste nas concessionárias quanto pela queda do volume de água nos reservatórios – ocasionando a definição da bandeira vermelha – impactou intensamente os mais pobres.

Já o aumento de 2,2% no preço da gasolina gerou maior contribuição para a inflação das classes mais ricas. Com isso, no acumulado do ano, a inflação das famílias mais pobres chegou a 3,5%, nível abaixo da registrada pelas faixas de renda mais alta, de 4,06%.

IPCA

De modo geral, o relatório Focus, divulgado na última segunda-feira pelo Banco Central (BC), mostrou que a estimativa de analistas para a inflação este ano caiu pela quarta vez.

Conforme o documento, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve ficar em 4,13%, enquanto que, na semana passada, a projeção era de 4,23%.

Segundo o professor dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, a queda da previsão é justificada, principalmente, pelo comportamento do câmbio. “A expectativa do mercado era de que o dólar se mantivesse na casa dos R\$ 4 até o final do ano. Com o recuo da [cotação da] moeda, a pressão de custos se torna menor”, explica.

“Além disso, com a provável adesão da bandeira verde a partir do mês que vem e a expectativa de queda no preço da energia elétrica, não há focos de pressão que possam causar algum impacto”, diz. A meta de inflação é de 4,5%.

Para 2019, a projeção da inflação foi ajustada de 4,21% para 4,20%. Não houve alteração na estimativa para 2020, que se manteve em 4%. Para 2021, a previsão passou de 3,95% para 3,90%.

IFF descarta possibilidade de novo governo zerar déficit primário em 2019

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto, descartou nesta terça-feira, 20, a possibilidade de o novo governo conseguir zerar o déficit primário em 2019, como já cogitou o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes.

Nas contas do órgão, mesmo com a aprovação de reformas, as contas públicas só voltarão ao azul em 2023, já no governo seguinte.

“O quadro de déficit primário não vai ser resolvido em um ano. Não há como resolver o problema da noite para o dia com uma bala de prata. É necessário um conjunto de medidas para isso”, afirmou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), do Senado.

Salto lembrou que o ajuste fiscal no governo Michel Temer foi feito em cima dos gastos discricionários, como investimentos, mas reforçou que é preciso atacar também o gasto obrigatório, como o déficit da Previdência.

“O problema da Previdência vai se intensificar nos próximos dez ou vinte anos, por isso o Congresso precisa se mobilizar para corrigir essa trajetória”, completou.

Se o gasto previdenciário não for atacado, alertou o economista, o teto de gastos – que impede o crescimento das despesas acima da inflação – poderá travar a máquina do governo já em 2021. “Nesse cenário, os investimentos federais tendem a zerar, pagando o preço de um ajuste fiscal mal planejado”, completou.

Mas, mesmo com a provação da reforma da Previdência, o cenário básico da IFI prevê o retorno de resultados primários positivos apenas em 2023. Entre o rol de medidas defendidas pela IFI para a correção da trajetória fiscal também estão a rediscussão da política de pessoal do governo federal e a revisão de desonerações tributárias.

“A recuperação da economia ainda é muito lenta e a retomada do trabalho ainda está muito concentrada no trabalho informal. Para gerar um dinamismo maior na atividade econômica é preciso avançar no ajuste fiscal”, avaliou.

Reservas

Salto avaliou que o Brasil tem um excesso de cerca de US\$ 150 bilhões em reservas internacionais. Atualmente, as reservas estão em torno de US\$ 380 bilhões, e o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, já cogitou publicamente a venda de parte desse montante.

“Mas a venda dessas reservas não é fácil, porque jogar esse volume de dólares na economia teria um efeito na taxa de câmbio difícil de controlar”, afirmou.

Para o economista, a conjuntura econômica é determinante para a possibilidade de venda desse excedente de reservas, que só poderia ser usado para o abatimento da dívida pública. “O balanço dos efeitos gerados com uma ação dessas é muito difícil de prever”, completou.

IPC-Fipe avança 0,37% na 2ª quadrissemana de novembro

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 0,37% na segunda quadrissemana de novembro, apresentando leve desaceleração ante o ganho de 0,40% observado na primeira quadrissemana deste mês, segundo pesquisa divulgada hoje pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Na segunda prévia de novembro, cinco dos sete itens do IPC-Fipe avançaram com menos força do que na leitura anterior. Foi o caso de Habitação (de 0,16% na primeira quadrissemana para 0,03% na segunda), Alimentação (de 0,86% a 0,80%), Transportes (de 0,45% a 0,25%), Saúde (de 0,52% a 0,40%) e Educação (de 0,06% e 0,03%).

As exceções foram Despesas Pessoais (de 0,24% a 0,67%) e Vestuário (de 0,14% a 0,23%).

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe na segunda quadrissemana de novembro:

- **Habitação: 0,03%**
- **Alimentação: 0,80%**
- **Transportes: 0,25%**
- **Despesas Pessoais: 0,67%**
- **Saúde: 0,40%**
- **Vestuário: 0,23%**
- **Educação: 0,03%**
- **Índice Geral: 0,37%**

Maciel: tendência de crescimento gradual persiste no País após oscilação da greve

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

O chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Túlio Maciel, afirmou nesta terça-feira, 20, que a greve dos caminhoneiros, em maio, causou uma oscilação nas perspectivas de crescimento econômico do País, mas que, passados os efeitos da paralisação, a tendência de crescimento gradual persiste no País.

“Os dados do IBC-Br mostram uma recuperação mês a mês após os efeitos sentidos em maio e junho na greve dos caminhoneiros e os indicadores de atividade estão refletindo a recuperação de curto prazo. De todo modo, aquela perspectiva de crescimento gradual que a gente havia tido no início do ano se mantém, ela persiste”, afirmou Maciel, após apresentação do Boletim Regional do Banco Central em Belo Horizonte (MG).

De acordo com Maciel, essa perspectiva de crescimento gradual se sustenta nos pilares da inflação controlada, na retomada do crédito e na melhoria do mercado de trabalho. Sobre este último, o chefe do Depec disse que a tendência é de redução gradual do desemprego em 2019. “Com base nas análises do mercado, ao se confirmar o crescimento econômico em 2019, a expectativa é de redução gradual do desemprego ao longo do próximo ano”, disse.

Por erro em texto, Senado aprova novamente MP que institui Rota 2030

21/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-11-2018)

Texto que institui novo regime automotivo em substituição ao Inovar Auto segue para sanção presidencial

O Senado federal aprovou novamente nesta terça-feira (20) a Medida Provisória 843, que institui um novo regime tributário para o setor automotivo, o chamado Rota 2030. A medida já havia sido aprovada pelos senadores no dia 8 de novembro, mas o texto teve de ser novamente analisado pelo plenário para a correção de um “erro formal”, segundo o presidente da Casa, senador Eunício Oliveira (MDB-CE).



Senador Eunício Oliveira (MDB-CE), presidente do Senado; segundo ele, texto foi novamente analisado pelo plenário para a correção de um “erro formal” - Pedro Ladeira/Folhapress

O texto, que segue novamente para a sanção presidencial, instituiu um novo regime automotivo em substituição ao Inovar Auto, que perdeu validade no início do ano passado. A MP prevê abatimentos do Imposto de Renda para montadoras que quiserem aderir ao programa e que investirem em pesquisa e desenvolvimento no país.

O texto produzido pelo Congresso não inclui importadores de veículos no benefício fiscal do programa. A supressão pode bater de frente com a Organização Mundial do Comércio (OMC), que decidiu contra o Inovar Auto justamente por conta dos benefícios concedidos no programa para as montadoras estabelecidas no país.

O governo havia incluído os importadores na MP justamente para evitar questionamentos em organismos como a OMC, mas a previsão foi retirada durante a tramitação da proposta.

A MP também prevê a redução de até 3 pontos percentuais da alíquota do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos equipados com motores "flex", que usam tanto gasolina como álcool.

Para os demais veículos, o texto estabelece um teto de 2 pontos percentuais de redução. Veículos elétricos e híbridos também terão isenção de IPI e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no financiamento ligado à compra por parte de taxistas.

O texto que segue à sanção altera ainda as diretrizes do Rota 2030 para o incremento da produtividade das indústrias de mobilidade e logística, para assegurar a capacitação técnica e a qualificação profissional no setor, além de incluir como diretriz um dispositivo para assegurar a expansão ou a manutenção do emprego no setor de mobilidade e logística.

Além de tratar do setor automobilístico, a MP incorporou temas estranhos à sua matéria, como a desoneração da folha de pagamentos para indústria moveleira, diminuição de tributos para quadriciclos, renovação de programa de restituição de tributos e aumento de descontos para pagamento de dívidas junto à União.

Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), o Rota 2030 dá previsibilidade para investimentos nos próximos anos, ao estabelecer critérios de redução de consumo de combustíveis e estabelecer itens obrigatórios de segurança para os veículos a serem desenvolvidos.

Incentivos para a indústria automotiva são aprovados pelo Senado

21/11/2018 – Fonte: Senado Notícias (publicado em 20-11-2018)



- Proposições legislativas
- [MPV 843/2018](#)

O Plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (20) o texto da medida provisória que cria um programa de incentivos ao setor automotivo, conhecido como Rota 2030 ([MP 843/2018](#)). A medida provisória já havia sido [aprovada](#) pelo Senado no último dia 8 de novembro, na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2018, mas a Câmara dos Deputados enviou dois ofícios com correções no texto, que segue agora para a sanção da Presidência da República.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, destacou que a votação anterior foi considerada sem efeito. Já o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), explicou que as correções enviadas pela Câmara tratam de formalidades e não interferem no mérito do texto já aprovado.

Como exemplo, ele mencionou a troca da expressão "por cento" pela "por pontos percentuais". Houve também a retirada de uma palavra "ainda" e a troca de "administrados" por "administradas".

— O novo texto em nada modifica o mérito do projeto nem a grade de incentivos definida após um longo processo de discussão entre o Legislativo e o governo — disse o relator.

Críticas

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) manifestou-se contrário à proposta, dizendo que as contas públicas atuais podem não suportar medidas de renúncia tributária.

O senador Reguffe (sem partido-DF) também criticou a MP. O parlamentar afirmou que, ao custo dessa isenção de R\$ 2 bilhões anuais para a indústria automobilística, seria possível construir 20 hospitais públicos por ano ou reduzir à metade os impostos que incidem sobre os medicamentos.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) admitiu que a renúncia de receitas tem seu lado polêmico. Ele, no entanto, apoiou a MP, argumentando que a matéria pode gerar empregos. Na mesma linha, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) argumentou que a MP, além de gerar emprego e renda, pode incentivar a pesquisa e o desenvolvimento.

Rota 2030

A MP cria um novo regime tributário para as montadoras de veículos para estimular investimentos em pesquisa e desenvolvimento de produtos e tecnologias. O Programa Rota 2030 — Mobilidade e Logística substitui o Inovar-Auto, que vigorou entre 2013 e 2017. Assim como a política anterior, o Rota 2030 baseia-se em incentivos fiscais.

A principal medida do novo regime é a concessão de até R\$ 1,5 bilhão por ano de crédito tributário à indústria, caso as montadoras participantes do Rota 2030 invistam ao menos R\$ 5 bilhões ao ano em pesquisa e desenvolvimento.

Uma das mudanças aprovadas pelos parlamentares em relação ao texto encaminhado pelo Executivo é a prorrogação, por cinco anos, do regime para as montadoras instaladas nas regiões Norte (motocicletas como BMW, Harley-Davidson, Honda e Yamaha) e Nordeste (Ford e Fiat Chrysler). Para a região Centro-Oeste, o benefício acaba em 2020.

Parceria Renault-Nissan-Mitsubishi é questionada após prisão de executivo

21/11/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 20-11-2018)

Governos do Japão e da França reafirmam apoio a parceria, mas há dúvidas no mercado

Os governos francês e japonês reafirmaram, nesta terça-feira (20), em um comunicado conjunto, seu "importante respaldo" à aliança entre os fabricantes de automóveis Renault e Nissan, um dia após a prisão de seu principal executivo, Carlos Ghosn, em Tóquio.

O ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, e o ministro da Economia japonês, Hiroshige Seko, conversaram por telefone, segundo o comunicado divulgado.

A parceria entre as montadoras, que ainda inclui a Mitsubishi, foi colocada em xeque após a prisão de Carlos Ghosn, executivo que comandou a aliança entre as montadoras, nesta segunda-feira (19).

Ele é investigado por supostamente enganar o fisco japonês ao declarar uma renda inferior à sua real remuneração. Após a prisão, o presidente-executivo da Nissan, Hiroto Saikawa, disse que iria propor ao conselho de administração da empresa a remoção de Ghosn.

Nesta terça (20), o conselho de administração da Renault designou provisoriamente a direção executiva do grupo a Thierry Bolloré, que terá os mesmos poderes que Ghosn. A companhia confirmou que Ghosn ocultou sua renda do fisco "durante anos". "Além disso, várias outras práticas ilícitas foram descobertas, como o uso de bens da empresa com fins pessoais", afirmou a empresa, que diz colaborar com as autoridades.

O presidente-executivo da Mitsubishi, Osamu Masuko, chegou a dizer nesta terça que a aliança entre as empresas será difícil de administrar sem Ghosn.

Antes de ser detido, Ghosn trabalhava para que a aliança Renault-Nissan, que fabrica dez milhões de carros anuais, fosse "irreversível", comentou em nota Kentaro Harada, analista da SMBC Nikko Securities.

"Não podemos excluir a possibilidade de que a aliança se veja debilitada (...) Sobretudo, a questão principal é ver se isso alterará o equilíbrio do poder" entre as partes francesa e japonesa, acrescentou o analista. O governo francês, que detém 15% das ações da Renault, pediu que a companhia seja assumida por um comando interino.

"Carlos Ghosn não está mais em condições de comandar o grupo", afirmou Le Maire, em entrevista a uma rede de televisão francesa, nesta terça.

O ministro francês, porém, afirmou não estar pedindo a demissão de Ghosn, uma vez que "não há provas" de qualquer irregularidade fiscal por parte do executivo na França. Segundo a mídia local japonesa, Ghosn teria declarado uma renda 38 milhões de euros menor do que a real. A prática teria começado em 2011 e teria durado mais de cinco anos.

O salário do executivo é objeto de controvérsia há alguns anos. Ele chegou a ganhar mais de 15 milhões de euros pelo acúmulo de funções na Nissan e na Renault, mas o valor diminuiu em 2017, quando Ghosn deixou de ser o executivo-chefe da montadora japonesa.

Em junho passado, ao ser reconduzido ao posto de número 1 da empresa francesa, ele aceitou um corte de 30% em seu salário –uma demanda de acionistas– e a nomeação de um número 2, Thierry Bolloré.

As ações da Renault em Paris despencaram nas Bolsas da Europa na tarde desta segunda, após a notícia da prisão

O CORTADOR DE GASTOS

Nascido no Brasil, descendente de libaneses e cidadão francês, Ghosn, 64, iniciou sua carreira na Michelin na França, onde trabalhou por 16 anos, e se transferiu para a Renault.

Ele chegou a Tóquio em 1999 para recolocar a Nissan nos trilhos, no momento em que a empresa acabava de se unir à francesa Renault. Ele foi nomeado presidente-executivo dois anos depois.

Com cerca de US\$ 20 bilhões em dívidas, a Nissan precisou de um tratamento de choque na época. Houve demissões, encerramento de parcerias e fechamento de linhas de produção pouco produtivas.

Apelidado de "cost killer" ("cortador de gastos"), ele transformou um grupo à beira da falência em uma empresa lucrativa com volume anual de negócios da ordem de quase 100 bilhões de euros. Isso lhe valeu grande admiração no Japão. Após o plano de recuperação, a companhia registrou lucros recordes.

Em 2005, o executivo passou a presidir também a Renault, sendo a primeira pessoa a liderar duas montadoras simultaneamente. Em 2008, Ghosn passou a acumular também a liderança do conselho de administração da Nissan.

Em abril de 2017, passou o bastão para seu herdeiro, Hiroto Saikawa, ainda permanecendo à frente do conselho de administração. Passou a se concentrar mais na aliança da Renault com a Mitsubishi Motors, que ele levou para o topo da indústria automobilística mundial.

No mesmo ano, a empresa havia investido na Mitsubishi, após a companhia ser afetada por escândalo sobre falsificação de dados sobre emissão de poluentes.

A parceria Renault-Nissan-Mitsubishi é, hoje, uma construção de equilíbrios complexos, constituída de distintas empresas ligadas por participações cruzadas não majoritárias.

A Renault detém 43% da Nissan, que possui 15% do grupo do diamante, enquanto a Nissan possui 34% de seu compatriota Mitsubishi Motors. Rumores de fusão vazaram recentemente.

As acusações contra Carlos Ghosn, que construiu essa aliança sozinho, acumulando funções como nenhum outro executivo desse nível até então, são um duro golpe no trio franco-japonês que reivindica o título de primeiro conglomerado automobilístico mundial.

No ano passado, foram 10,6 milhões de carros vendidos, superando os concorrentes Toyota, ou Volkswagen.

Renault nomeia 'chefe' interino, mas mantém Carlos Ghosn na presidência

21/11/2018 – Fonte: G1/ Auto Esporte (publicado em 20-11-2018)

Montadora diz que número 2 da empresa terá poderes equivalentes ao do brasileiro preso sob acusação de fraude no Japão.



O conselho administrativo da Renault nomeou nesta terça-feira (20) como "chefe" interino o número dois da empresa, Thierry Bolloré, mas não tirou de Carlos Ghosn o cargo de presidente-executivo e presidente do conselho da empresa.

O brasileiro Ghosn foi preso na última segunda-feira (19), sob acusação de sonegação e uso indevido de bens da Nissan, empresa com a qual a Renault mantém uma aliança e da qual é a maior acionista.

Mais cedo, o governo francês, de detém 15% das ações da Renault, tinha pedido à montadora que nomeasse uma governança interina, mas não exigia a retirada de Ghosn do conselho da empresa, porque ainda não há condenação formal ou provas.

O conselho da Nissan, que já indicou que demitirá Ghosn, se reúne na próxima quinta (22). O executivo é o atual presidente do conselho da fabricante japonesa.

Interino

Bolloré, de 55 anos, que o próprio Ghosn escolheu como braço direito em fevereiro passado, recebeu a direção executiva "provisória" da Renault e, portanto, terá "os mesmos poderes" que o presidente, que mantém o seu cargo, considerado "temporariamente impedido", disse a empresa em um comunicado.

O conselho indicou que se reunirá regularmente sob a presidência do diretor principal, Philippe Lagayette, "para preservar os interesses da Renault e garantir a sustentabilidade da aliança" com os fabricantes japoneses Nissan e Mitsubishi, a terceira de aliança.

França e Japão tinham reafirmado, nesta terça, seu forte apoio às 3 montadoras cujas ações caíram após as notícias da prisão.

Ghosn, de 64 anos, está preso em um centro de detenção de Tóquio, após ser detido na segunda-feira quando saía de seu jatinho particular.

Quem é Carlos Ghosn?

Brasileiro que comanda aliança com 3 montadoras foi preso no Japão



- 1954 Nasce em Porto Velho (RO), de família libanesa
- 1978 Se forma na França e entra na Michelin
- 1996 Vai para a Renault
- 1999 Passa a trabalhar também para Nissan, parceira da Renault
- 2016 Atua também na Mitsubishi, comprada pela Nissan
- 2018 É preso no Japão acusado de sonegação de fraude

ONDE ATUAVA



Nissan

- presidente do conselho
- ex-presidente executivo



Renault

- presidente do conselho
- atual presidente-executivo



Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi

- presidente-executivo

Nº 1 em vendas

10,6 milhões
de carros em 2017
(pelas 3 marcas)

AS ACUSAÇÕES

- Ganhou (entre 2010 e 2015)
R\$ 334 milhões



Não declarou
R\$ 167,4 milhões

- Uso indevido de bens da Nissan



Renault-Nissan-Mitsubishi: conheça a aliança criada pelo brasileiro Carlos Ghosn

21/11/2018 – Fonte: G1

Montadoras dividem peças, tecnologia e até usam a mesma base para modelos 'concorrentes', como picapes Frontier e Alaskan. Juntas, são o grupo que mais vendeu carros em 2017.



A repercussão mundial da prisão do brasileiro Carlos Ghosn está muito ligada ao fato de ele ser o homem de frente não só da Nissan, onde é membro do conselho, mas de 3 grandes montadoras, comandando a chamada Aliança Renault-Nissan-Mitsubishi.

Juntas, elas venderam 10,6 milhões de carros no mundo em 2017, reivindicando o posto de número 1 sobre o grupo Volkswagen.

Veja abaixo o que é a aliança e mais sobre como ela foi construída e sua importância no setor.

Quem é dono de quem?

A Nissan não é dona da Renault, nem vice-versa. Porém, são mais do que parceiras: as duas montadoras têm parte das ações uma da outra, mas nunca houve uma fusão. Por isso se identificam como uma aliança, diferente do Grupo Volkswagen e da Fiat Chrysler (FCA), donos das marcas que estão sob seus respectivos "guarda-chuvas", como Audi e Porsche, no caso da Volks, e Jeep e Ferrari, da FCA.

As duas montadoras, inclusive, chegam a ser concorrentes. Por exemplo: no Brasil, a Nissan tem o Kicks e a Renault, o Captur e o Duster, que disputam o mercado de SUVs compactos.

Na prática, elas dividem conhecimentos em engenharia, pesquisa e desenvolvimento, partes da produção e têm investimentos comuns. Isso resulta em menos gastos para ambas, uma bandeira de Ghosn, que chegou a ser apelidado de "cost-killer" ("cortador de custos") na Nissan.

Parcerias com fornecedores e compartilhamento de armazéns de peças também entram na conta.

Eu já te vi?

Renault e Nissan têm desde partes de veículos em comum até modelos inteiros baseados no carro de uma marca.

É o caso da picape Frontier, da Nissan, que originou a Alaskan, da Renault, e a primeira picape da Mercedes-Benz, essa, sim, uma "mera" parceira.



O Renault [Kwid](#) usa a mesma plataforma de um Nissan, mais especificamente o Redi-Go, da marca de baixo custo Datsun. Com a Mitsubishi, a Nissan divide o transporte para concessionárias na Tailândia.

No mercado brasileiro, o Nissan [Sentra](#) emprestava sua mecânica ao já descontinuado Renault [Fluence](#). Ambos os sedãs médios utilizavam os mesmos motor e câmbio - um 2.0 com transmissão do tipo CVT.

20 anos de história

A aliança começou em março de 1999, quando, à beira da falência, a Nissan vendeu 36,8% de suas ações para a Renault.

Atualmente, esse percentual é de 43,4% e a francesa é a maior acionista da Nissan. Por outro lado, a fabricante japonesa é dona de 15% da Renault.

A Mitsubishi só entrou para a aliança em 2016, depois que a Nissan comprou 34% da marca, que também estava em um momento difícil, após admitir fraude em dados de consumo de combustível de carros no Japão.

Antes disso, em 2010, a aliança anunciou uma parceria com a Daimler, dona da Mercedes-Benz. Além da futura picape Classe X, esse acordo resulta em outros itens comuns.



O Renault [Twingo](#) e o alemão [Smart ForFour](#) são produzidos na França, sobre a mesma plataforma. A Nissan faz motores Mercedes nos Estados Unidos que também são usados em carros da Infiniti, a divisão de luxo da japonesa.



A China é o maior mercado em número de vendas para a aliança, com 1,7 milhão de carros comercializados pelas 3 marcas no ano passado. O Brasil foi o 10º.

Na Rússia é onde ela detém a maior fatia de mercado: 36% de participação, com meio milhão de veículos vendidos no ano passado.

No mundo, a aliança divulgou um aumento de 5% nas vendas entre janeiro e junho últimos, na comparação com 1 ano atrás. E um aumento de 14% na sinergia entre as marcas, que passou dos 5 bilhões de euros de 2016 para 5,7 bilhões de euros.

O peso de Ghosn

Ghosn, nascido no Brasil e formado engenheiro na França, é presidente do conselho da aliança desde 2002. Ele começou a carreira na fabricante de pneus Michelin e entrou na Renault em 1996. Quase 10 anos depois, assumiu o comando da montadora francesa.



Ghosn é apontado como o "arquiteto" da aliança com a Nissan. Ele acumulou também a "chefia" desta montadora de 2001 até o ano passado, quando deixou o cargo para se dedicar um pouco mais à Mitsubishi, mas manteve a presidência-executiva da Renault e seguiu liderando o conselho das 3 montadoras.

Há especulações de que Ghosn [buscava uma fusão irreversível da Nissan com a Renault](#), mas enfrentava resistência de outros membros do conselho da montadora japonesa. A ideia também esbarraria no governo francês, dono de 15% da Renault.

Como fica a aliança?

Com o escândalo, o futuro é incerto. As ações das 3 marcas caíram após a notícia da prisão e todas falam em demitir o executivo.

De acordo com a Reuters, o CEO da Mitsubishi Motors, Osamu Masuko, declarou que será difícil gerenciar a aliança sem a presença de Ghosn. O executivo preso havia se comprometido a aprofundar as relações das marcas para recuperar o prestígio da Mitsubishi no mercado mundial.

França e Japão se uniram em apoio para garantir a estabilidade da aliança neste momento, segundo a agência France Presse. O governo francês é dono de 15% da Renault.

Fabricantes de veículos do Estado de São Paulo recebem autorização para utilizar créditos de ICMS

21/11/2018 – Fonte: Contábeis.com

O governo do Estado de São Paulo anunciou durante a 30ª edição do Salão Internacional do Automóvel, a autorização para que as montadoras instaladas no Estado utilizem créditos acumulados de ICMS em compras de ferramentais.

O governo do Estado de São Paulo anunciou durante a 30ª edição do Salão Internacional do Automóvel, a autorização para que as montadoras instaladas no Estado utilizem créditos acumulados de ICMS em compras de ferramentais.

O decreto 63.785, que regulamenta a medida, foi publicado em 8 de novembro e prevê que os fabricantes de veículos transfiram o volume acumulado para empresas que atuem no setor de ferramentaria.

Para o presidente da Anfavea, Antonio Megale, a liberação deste valor é uma forma de aumentar ainda mais a competitividade de toda cadeia produtiva:

“Este é um grande impulso para o setor automotivo. Temos atualmente 27 fábricas instaladas do Estado de São Paulo e que terão a oportunidade de utilizar este crédito. Vamos alavancar novamente esta indústria que é muito importante para o Brasil e para a economia”.

Sobre o acúmulo de crédito

As empresas fabricantes de veículos e autopeças acumulam um saldo de crédito de imposto ICMS devido à diferença de alíquota entre estados ou ainda nas operações de exportações que são isentos de tributação.

O setor automotivo é responsável por grande volume de saldo credor de imposto do ICMS. O decreto permite que a montadora e empresas de autopeças transfiram este crédito para empresas da indústria de ferramentaria.

“A medida chega para acelerar a indústria de ferramentaria e aumentar nossa competitividade. Estamos bastante satisfeitos com a publicação”, finaliza Antonio Megale.

Anfir: emplacamentos de janeiro a outubro sobem 53% ante igual período de 2017

21/11/2018 – Fonte: EM.com

O número de emplacamentos de implementos rodoviários de janeiro a outubro deste ano cresceu 53,08%, para 72,988 mil unidades, ante o mesmo intervalo do ano passado. A informação foi dada nesta quarta-feira, 21, pela Associação Nacional dos Fabricantes de Implementos Rodoviários (Anfir).

O segmento leve, de carroceria sobre chassis, anotou alta de 33,58% sobre o mesmo período de 2017, para 37,007 mil emplacamentos, ritmo este menor que o do setor pesado, de reboques e semirreboques, que avançou 80,14% em igual comparação, para 35,981 mil unidades.

Segundo o presidente da Anfir, Norberto Fabris, a recuperação do setor de implementos rodoviários não é uniforme. “A indústria está sintonizada aos segmentos que estão reagindo como agronegócios. Os resultados de recuperação no mercado urbano ainda estão mais lentos”, disse.

Fazenda estuda questão concorrencial e tributária na venda direta de etanol

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

O Ministério da Fazenda criou um grupo de trabalho para “buscar o alinhamento da questão concorrencial e tributária na venda direta do etanol”. Formado por integrantes da pasta, incluindo Receita Federal, o grupo tem 45 dias para concluir as propostas.

A portaria que cria o grupo, publicada no Diário Oficial da União (DOU), cita que a medida levou em consideração, dentre outros aspectos, “o surgimento de algumas iniciativas com o objetivo de estimular a competição entre os combustíveis e, dentre elas, a possibilidade de comercialização de etanol combustível pelas usinas diretamente aos postos revendedores” e a “necessidade de que a venda direta de etanol ao posto de combustível não cause sonegação fiscal, não promova distorção tributária, assim como não crie conflito entre a tributação federal e estadual na comercialização”.

Etanol recua em 16 Estados; preço médio cai 0,85% no País

21/11/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 20-11-2018)

Os preços do etanol hidratado recuaram nos postos de 16 Estados brasileiros na semana passada, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compilado pelo AE-Taxas. Em outros nove Estados e no Distrito Federal houve alta e no Amapá não foi feita avaliação.

Na média dos postos brasileiros pesquisados pela ANP, houve queda de 0,85% no preço do etanol na semana passada, para R\$ 2,926. Em São Paulo, principal Estado produtor e consumidor, a cotação média do hidratado baixou 1,22% sobre a semana anterior, de R\$ 2,794 para R\$ 2,760 o litro. No período de um mês os preços do combustível avançaram 0,51% nos postos paulistas.

Além de São Paulo, na comparação mensal os preços do etanol subiram em 11 Estados e no Distrito Federal e recuaram em 13 unidades da federação pesquisadas. No Amapá não houve avaliação. A maior alta mensal, de 3,04%, foi no Maranhão. Na média brasileira o preço do etanol pesquisado pela ANP acumulou alta de 0,41% na comparação mensal.

O Piauí registrou a maior baixa no preço do biocombustível na semana passada, de 1,99%, e o maior recuo mensal foi na Bahia, de 5,08%. O preço mínimo registrado na semana passada para o etanol em um posto foi de R\$ 2,339 o litro, em São Paulo, e o máximo individual ficou de R\$ 4,799 o litro, no Rio Grande do Sul. São Paulo mantém o menor preço médio estadual, de R\$ 2,760 o litro, e o maior preço médio ocorreu nos postos gaúchos, de R\$ 4,073 o litro.

Gasolina

O valor médio da gasolina vendido nos postos brasileiros recuou em 22 Estados brasileiros e no Distrito Federal na semana passada, segundo dados da ANP, compilados pelo AE-Taxas. Apenas no Amazonas, Ceará, Maranhão e Paraná houve alta.

Na média nacional, os preços caíram 0,94% entre as semanas, de R\$ 4,658 para R\$ 4,614. Em São Paulo, maior consumidor do País e com mais postos pesquisados, o litro da gasolina baixou 1,68% na semana passada, de R\$ 4,452 para R\$ 4,377, em média. No Rio de Janeiro, o combustível caiu de R\$ 5,056 para R\$ 5,010, em média, ou 0,91%. Em Minas Gerais houve recuo no preço médio da gasolina de 0,77%, de R\$ 4,906 para R\$ 4,868 o litro.

Etanol X gasolina

Os preços médios do etanol têm vantagem econômica sobre os da gasolina em apenas seis Estados brasileiros – Paraíba, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso. O levantamento da ANP compilado pelo AE-Taxas considera que o etanol de cana ou de milho, por ter menor poder calorífico, tenha um preço limite de 70% do derivado de petróleo nos postos para ser considerado vantajoso.

Em Mato Grosso, o hidratado é vendido em média por 59,93% do preço da gasolina, em São Paulo por 63,06%, em Minas Gerais a 63,72% e em Goiás em 62,06%. No

Paraná a paridade está em 67,53% e na Paraíba em 68,28%. O etanol perdeu a competitividade em Alagoas e no Rio de Janeiro na semana passada. Na média brasileira, a paridade é de 63,42% entre os preços médios do etanol e da gasolina, também favorável ao biocombustível.

A gasolina é mais vantajosa em Roraima, com a paridade de 89,24% para o preço do etanol.

Preços do aço caem mais de 5% na China com preocupações sobre demanda

21/11/2018 – Fonte: Reuters

Os preços do vergalhão de aço para construção caíram mais de 5 por cento na China nesta quarta-feira, em meio a expectativas de oferta robusta e demanda mais fraca, com as matérias-primas siderúrgicas sendo pressionadas.

As usinas chinesas ainda estão produzindo em níveis recordes, apesar das restrições de produção que começaram no norte do país, enquanto as preocupações sobre a demanda persistem em meio à desaceleração da economia do país.

“Os investidores ficaram desapontados quando descobriram que a implementação da redução de produção não será tão rigorosa quanto esperavam”, disse Zhuo Guiqiu, analista da Jinrui Futures.

Os contratos futuros do vergalhão na bolsa de Xangai caíram 5,6 por cento no início do pregão de quarta-feira, a maior perda desde 23 de março. Ao final, fecharam em queda de 2 por cento, a 3.724 iuanes por tonelada.

Os preços do minério de ferro de Dalian subiram 1,3 por cento, para 526,5 iuanes a tonelada, após terem caído até 4,1 por cento, para 498,5 iuanes.

O minério de ferro se recuperou após relatos da mídia sobre uma fusão entre a principal produtora de aço da China, a China Baowu Steel Group, e a Ansteel Group.